D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 10 de Junho de 2026
*Subsecretaria de Comunicação*
Ano XXII Edição Nº 2532
PREFEITURA MANGARATIBA

# DIÁRIO OFICIAL

## DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

## *Atenção, colecionadores!*

A Copa do Mundo está chegando e a Prefeitura de Mangaratiba preparou uma programação especial para quem está montando o álbum de figurinhas!
Vem aí o Encontrão de Torcidas, um espaço dedicado para você trocar figurinhas, completar sua coleção e conhecer outros apaixonados por futebol.

**12 de junho**
Sede da Secretaria de Cultura
Estrada São João Marcos, 29 – Praia do Saco

**13 de junho**
Rua 15 de Novembro, 283 – Muriqui

**Das 9h às 16h**

Traga seu álbum, suas figurinhas repetidas e venha participar desse grande encontro que promete reunir torcedores de todas as idades!
Chame os amigos, a família e venha completar sua coleção com a gente!



**PREFEITO**
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

**VICE-PREFEITO**
LUCAS DA SILVA VENITO

**CHEFE GERAL DE GABINETE**
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

**PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

**CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO**
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS**
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
RENATO DELMIRO CABRAL

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO**
MARCELLO COSTA DA ROSA

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA**
RICARDO GICQUEL DA SILVA

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**
LUCAS DA SILVA VENITO

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**
ANTÔNIO CARLOS ANICETO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**
RODRIGO SANTOS BONDIM

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO**
ANDERSON BRITO DE QUADROS

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
VITOR TENÓRIO SANTOS

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE**
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA**
FELIPE JOSUÉ VARELA DOS SANTOS

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER**
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE**
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

**PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL**
LIDIO COUTO AMORIM

**PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO**
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

**PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA**
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

**PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA**
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

**PRESIDENTE**
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

**VICE PRESIDENTE**
MAIR ARAÚJO BICHARA

**1° SECRETÁRIO**
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

**2° SECRETÁRIO**
JOSUÉ DOS SANTOS

**VEREADORES:**
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
**Secretaria Municipal da Mulher**

**PORTARIA/SECMULHER Nº 001/2026**

**DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATAS APTAS A CONCORRER À ELEIÇÃO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER DE MANGARATIBA - CODIMM, ANUÊNIO 2026/2027.**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 1.581, de 09 de maio de 2025, que institui o Conselho dos Direitos da Mulher de Mangaratiba - CODIMM.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Divulgar, para fins de conhecimento público, as candidatas consideradas aptas a concorrer à eleição do Conselho dos Direitos da Mulher de Mangaratiba - CODIMM, para o mandato de junho de 2026 a maio de 2027, conforme análise da Comissão Organizadora:

**REPRESENTANTES E SEGMENTOS**

- **Mailde Moura da Silva / Monica Barbosa Araujo** – Mulheres da Terceira Idade
- **Rita Oscar Marçal / Iosana Rosineide Mathias Domingues** – Organização de Lideranças Raciais
- **Guiomar Pereira Costa** – Mulheres da Classe Profissional e/ou Sindicalista
- **Ana Paula Martins Saldanha Nogueira** – Mulheres Empreendedoras
- **Ana Cristina Pereira de Barros** – Mulheres do Segmento Religioso
- **Norma Braga Sá** – Mulheres Pesquisadoras e Acadêmicas
- **Ana Lucia Ferreira da Silva** – Mulheres que atuam na Agricultura Familiar e/ou Pesca
- **Maria Eliane Santos de Morais** – Mulheres de Movimentos Culturais

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
**Secretaria Municipal da Mulher**

- **Esther Teixeira da Silva** – Mulheres do Segmento da Juventude
- **Claudia Cardoso Figueiredo** – Mulheres do Movimento da Pessoa com Deficiência

**Parágrafo único:** As manifestações de segmentos diferentes dos explicitamente previstos serão avaliadas pela comissão eleitoral.

**Art. 2º** - As candidatas mencionadas concorrerão às vagas destinadas à sociedade civil na eleição do CODIMM, conforme as regras estabelecidas no Edital de Convocação.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 08 de junho de 2026.

Mangaratiba, 08 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO
Data: 09/06/2026 13:24:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**Gabriela Angelo**
Secretária da Mulher
Portaria 2063/2025

Praça Nossa Senhora da Guia, nº 141, Centro – Mangaratiba/ RJ – Cep: 23860-000
mulher@mangaratiba.rj.gov.br

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
*Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.*

**RESOLUÇÃO Nº 51, DE 09 DE JUNHO DE 2026.**

Disciplina a interdição de trânsito e estacionamento de veículos automotores, na Praça de Skate - Muriqui – Mangaratiba – Evento Encontro dos Retrôs Muriqui.

**"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"**

O SUBSECRETÁRIO DE TRÂNSITO, conforme atribuições delegadas através da Portaria nº 0050/2025.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

**RESOLVE:**

***Art. 1º*** - Autorizar interdição do estacionamento e trânsito de veículos, na Praça de Skate - Muriqui - Mangaratiba, nas seguintes vias:

I. Avenida Sete de Setembro no trecho compreendido entre a Rua Tira Dente e Rua Christophoro Xavier.

***Art. 2º*** - A presente Resolução terá validade, das 06:00 do dia 11 de junho de 2026 ao término do evento, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

**EVANDRO RAMALHO DA SILVA**
Subsecretário de Trânsito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
*Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.*

**RESOLUÇÃO Nº 52, DE 10 DE JUNHO DE 2026.**

Disciplina a interdição de estacionamento e trânsito de veículos na Rua do Atalho – Praia do Saco – Mangaratiba – Demolição do Centro de Especialidade do Ranchito

**"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"**

O SUBSECRETÁRIO DE TRÂNSITO, conforme atribuições delegadas através da Portaria nº 0050/2025.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Autorizar interdição do trânsito e do estacionamento de veículos automotores, na Praia do Saco - Mangaratiba, nas seguintes vias:

I. Rua do Atalho em toda sua extensão;
II. Rua São Luís em toda sua extensão;
III. Rua São Joao Marcos no trecho compreendido entre a Rua São Luís e Rua do Atalho

***Art. 2º*** - A presente Resolução terá validade, das 22:00 do dia 11 de junho de 2026 ao término do serviço, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

**EVANDRO RAMALHO DA SILVA**
Subsecretário de Trânsito

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo n° 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 012/2026**

Secretaria Municipal de Educação

**PROCESSO Nº 15546/2025, PESRP: 013/2026.**

**OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de Materiais de Cama e Banho para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino – Educação infantil .**
**Base Legal**: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023 e Decreto Municipal 5234/2026.

O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. Secretário Municipal de Educação, Srº Renato Delmiro Cabral, Brasileiro, Casado, Empresário, portador da Cédula de identidade sob o número 1028464045 emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 038. 609.947-27, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 013/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa: 55.827.055 ERLEY GIVISIEZ NERI- CNPJ:55.827.055/0001-61, situada na Rua treze de maio, 66, Vila Maria- Barra Mansa-RJ, telefone: 24-98803-8395, e-mail: egn.negocios@hotmail.com , representada nesta ata pelo Sr. Erley Givisiez Neri, sócio, brasileiro, CPF: 092.210.477-84, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023 e Decreto Municipal 5234/2026, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para a Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de Materiais de Cama e Banho para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino – Educação infantil .**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo nº 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UND | QTD | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | **Tapete antiderrapante para banheiro Estrado para banheiro, retangular, material plástico, antiderrapante, rígido, medindo Largura 55 cm, profundidade 42cm espessura 2 cm** | UND | 72 | WNU | R$ 78,15 | R$ 5.626,80 |
| 10 | **Banheira Infantil – Medindo 19 x 45 x 75cm com válvula de saída de água material Polipropileno, proteção lateral suporta até 15kg com Certificado do INMETRO.** | UND | 22 | PLASTIBRAS | R$ 37,30 | R$ 820,60 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | | **R$ 6.447,40** |

2.2. Totalizando o valor de seis mil quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos.

## 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

## 4. DO PRAZO

**4.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Instrumento Contratual será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que os preços estejam compatíveis aos praticados no mercado;

**4.2.** De acordo com o Artigo 86 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 5234/2026, os órgãos e entidades poderão aderir a Ata de Registro de Preços, desde que sejam observados os requisitos constantes na referida Lei;

**4.3.** O prazo de entrega do serviço será de até 30 dias da data de assinatura da Autorização de Fornecimento.

## 5. DO LOCAL DE ENTREGA

**5.1.** Os produtos deverão ser entregues de acordo com o quantitativo informado pela Secretaria Municipal de Educação, no ponto de apoio da SME, situado na Rua Dr. Rubião Junior, 29, Centro – Mangaratiba/RJ, das 8h30' às 15h30' de segunda a sexta feira, devendo a empresa comunicar o fiscal que realizarão as entregas em até 72 horas úteis do dia da realização das entregas;

## 6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo nº 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**6.1.** Os produtos deverão ser entregues no local indicado no item anterior e nas quantidades solicitadas na Autorização de Fornecimento;

**6.2.** Os itens deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias corridos. O início do prazo será a partir da confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Educação;

**6.3.** O transporte e a entrega dos materiais, objetos deste Termo, são de responsabilidade da Contratada e deverão ser entregues conforme quantitativos solicitados pela SME e atendendo as especificações deste Termo de Referência;

**6.4.** Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

**6.5.** O aceite dos materiais pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos materiais, disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas em Legislação pertinente.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**7.1.** Aceitar os Termos e Condições do Instrumento Contratual de acordo com a Legislação vigente e com as normas contidas neste Termo de Referência;

**7.2.** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda vigência do Instrumento Contratual, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

**7.3.** Fornecer os produtos dentro do prazo fixado, em conformidade com: as especificações exigidas nesta Termo de Referência e constantes em seus anexos e a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**;

**7.4.** Entregar, no local determinado pela Contratante, de acordo com a Autorização de Fornecimento os produtos objeto desta presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

**7.5.** Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação ao fornecimento dos produtos que forem objetos do Instrumento Contratual e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**7.6.** Indicar preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Instrumento Contratual;

**7.7.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Fiscal de Contrato, inerentes à execução deste Termo de Referência;

**7.8.** Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante;

**7.9.** Responder por quaisquer danos causados diretamente aos produtos ou a outros bens de propriedade da **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante sua entrega;

**7.10.** Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências da **CONTRATANTE**;

**7.11.** Deverão estar inclusos todos os insumos que compões seus preços, tais como: impostos, taxas, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custos, estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos;

**8. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**

**8.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Instrumento Contratual;

**8.2.** Expedir a Autorização de Fornecimento de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

**8.3.** Designar servidor para proceder ao recebimento do objeto contratado ou rejeitá-lo;

**8.4.** Receber os produtos entregues pela Contratada, que estejam em conformidade com a proposta aceita;

**8.5.** Recusar, com a devida justificativa, qualquer produto entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada;

**8.6.** Atestar a Nota Fiscal após a efetiva entrega do(s) produto(s) objeto da licitação;

**8.7.** Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e Contratuais cabíveis;

**8.8.** Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência;

**8.9.** Solicitar, quando julgar conveniente, informações relativas à execução do fornecimento, necessários ao desempenho de suas obrigações, sem que tal atividade implique em qualquer responsabilidade da Fiscalização sobre a ação da CONTRATADA;

**8.10.** Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento do fornecimento, acompanhamento este que não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à contratante ou a terceiros.

**8.11.** Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Instrumento Contratual;

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo n° 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**8.12.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência, após conferência e o atesto do fiscal;

## 9. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

**9.1.** O acompanhamento e a fiscalização do Instrumento Contratual firmado com a empresa Contratada será realizada por servidor designado em conformidade com o disposto no artigo nº 117 da Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 3293 de 25 de novembro de 2014;

**9.2.** O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pela emissão dos Termos de Recebimento, Recusa e Devolução dos produtos fornecidos.

## 10. DAS GARANTIAS

**10.1.** Fica dispensada a garantia nos termos do art. nº 96, da Lei Federal n° 14.133/21.

## 11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** As sanções estão explícitas no art nº 162 e nos demais dispositivos da Lei Federal n° 14.133/21 . A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação também são previstas no Edital.

## 12. DAS PENALIDADES

**12.1.** As penalidades que podem ser aplicadas aos contratados estão previstas no art nº 156 da Lei Federal n° 14.133/21, bem como as demais sanções aplicáveis, garantindo a prévia defesa. Cabendo à Administração a definição do percentual das multas que serão aplicadas para cada caso.

## 13. DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL DE LICITAÇÃO.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes .

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo nº 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Mangaratiba, 09 de junho de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA.**

Renato Delmiro Cabral
Secretário Municipal de Educação
PORTARIA Nº 204 DE 10 DE MARÇO DE 2025

**Renato Delmiro Cabral**
**CPF/MF 038. 609.947-27**
**Secretário Municipal de Educação, Esportes e Lazer**

**PELA EMPRESA:**

**55.827.055 ERLEY GIVISIEZ NERI**
**CNPJ:55.827.055/0001-61**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ERLEY GIVISIEZ NERI
Data: 10/06/2026 10:41:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**Erley Givisiez Neri**
**CPF: 092.210.477-84**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo n° 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 013/2026**

Secretaria Municipal de Educação

**PROCESSO Nº 15546/2025, PESRP: 013/2026.**

**OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de Materiais de Cama e Banho para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino – Educação infantil .**
**Base Legal**: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023 e Decreto Municipal 5234/2026.

O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. Secretário Municipal de Educação, Srº Renato Delmiro Cabral, Brasileiro, Casado, Empresário, portador da Cédula de identidade sob o número 1028464045 emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 038. 609.947-27, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 013/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa: **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA- CNPJ: 47.146.661/0001-93**, situada na Rua Roberto Silveira, 263, Loja 104- Parque Mataruna- Araruama-RJ, telefone: 22-99852-0474/22-98817-0595, e-mail: englagos.empresa@gmail.com , representada nesta ata pelo Sr. Filipe Egger de Moura, Empresário, brasileiro, solteiro, CPF: 132.027.087-59, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023 e Decreto Municipal 5234/2026, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para a Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de Materiais de Cama e Banho para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino – Educação infantil .**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo nº 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UND | QTD | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | **Travesseiro baby anti ácaro, capa resistente a líquidos viscoelástico medida: 25cm x 0,36 cm altura 4cm, composição: forro 100% algodão.** | UND | 1.282 | MINASREY | R$ 43,00 | R$ 55.126,00 |
| 2 | **Travesseiros AntiRefluxo Angulação Diagonal elevada para evitar refluxo, revestimento 100% algodão, enchimento 100% poliéster, Medindo 0,60 x 0,83 x 0,15, anatômico e ortopédico.** | UND | 1.092 | FIBRASCA | R$ 187,99 | R$ 205.285,08 |
| 3 | **Lençol solteiro branco s/ elástico tamanho 1,40x2,25 cm, material 100% algodão na cor branco.** | UND | 2.374 | ENG LAGOS | R$ 40,30 | R$ 95.672,20 |
| 4 | **Edredon Medindo 1,60 x 2,20m , composição 100% algodão, dupla face SIM, enchimento 100% poliéster.** | UND | 1.282 | ENG LAGOS | R$ 166,30 | R$ 213.196,60 |
| 5 | **Toalha de banho c/ capuz felpudo, tamanho: 90cm x 70cm, composição: 100% algodão** | UND | 2.374 | ENG LAGOS | R$ 24,74 | R$ 58.732,76 |
| 6 | **Lençol c/ elástico para berço tamanho padrão na cor branco material 100% algodão na cor branco.** | UND | 1.092 | ENG LAGOS | R$ 18,19 | R$ 19.863,48 |
| 7 | **Cobertor de Plush Medindo 0,90 x 1,10, parte superior 100% micro fibra de poliéster 295g e parte inferior sherpa com toque de maciez.** | UND | 1.092 | ENG LAGOS | R$ 145,99 | R$ 159.421,08 |
| 8 | **Fronha para travesseiro tamanho 50 x 70 cm, composição: 100% algodão antialérgico na cor branco.** | UND | 2.374 | ENG LAGOS | R$ 12,09 | R$ 28.701,66 |
| VALOR TOTAL | | | | | | **R$ 835.998,86** |

Totalizando o valor de oitocentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos.

## 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

## 4. DO PRAZO

**4.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Instrumento Contratual será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que os preços estejam compatíveis aos praticados no mercado;

**4.2.** De acordo com o Artigo 86 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 5234/2026, os órgãos e entidades poderão aderir a Ata de Registro de Preços, desde que sejam observados os requisitos constantes na referida Lei;

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo nº 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**4.3.** O prazo de entrega do serviço será de até 30 dias da data de assinatura da Autorização de Fornecimento.

**5. DO LOCAL DE ENTREGA**

**5.1.** Os produtos deverão ser entregues de acordo com o quantitativo informado pela Secretaria Municipal de Educação, no ponto de apoio da SME, situado na Rua Dr. Rubião Junior, 29, Centro – Mangaratiba/RJ, das 8h30' às 15h30' de segunda a sexta feira, devendo a empresa comunicar o fiscal que realizarão as entregas em até 72 horas úteis do dia da realização das entregas;

**6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**6.1.** Os produtos deverão ser entregues no local indicado no item anterior e nas quantidades solicitadas na Autorização de Fornecimento;

**6.2.** Os itens deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias corridos. O início do prazo será a partir da confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Educação;

**6.3.** O transporte e a entrega dos materiais, objetos deste Termo, são de responsabilidade da Contratada e deverão ser entregues conforme quantitativos solicitados pela SME e atendendo as especificações deste Termo de Referência;

**6.4.** Fica assegurada à Contratante o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Instrumento Contratual, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

**6.5.** O aceite dos materiais pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos materiais, disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas em Legislação pertinente.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** Aceitar os Termos e Condições do Instrumento Contratual de acordo com a Legislação vigente e com as normas contidas neste Termo de Referência;

**7.2.** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda vigência do Instrumento Contratual, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo n° 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**7.3.** Fornecer os produtos dentro do prazo fixado, em conformidade com: as especificações exigidas nesta Termo de Referência e constantes em seus anexos e a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**;

**7.4.** Entregar, no local determinado pela Contratante, de acordo com a Autorização de Fornecimento os produtos objeto desta presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

**7.5.** Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação ao fornecimento dos produtos que forem objetos do Instrumento Contratual e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**7.6.** Indicar preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Instrumento Contratual;

**7.7.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Fiscal de Contrato, inerentes à execução deste Termo de Referência;

**7.8.** Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante;

**7.9.** Responder por quaisquer danos causados diretamente aos produtos ou a outros bens de propriedade da **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante sua entrega;

**7.10.** Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências da **CONTRATANTE**;

**7.11.** Deverão estar inclusos todos os insumos que compões seus preços, tais como: impostos, taxas, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custos, estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos;

## 8. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

**8.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Instrumento Contratual;

**8.2.** Expedir a Autorização de Fornecimento de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

**8.3.** Designar servidor para proceder ao recebimento do objeto contratado ou rejeitá-lo;

**8.4.** Receber os produtos entregues pela Contratada, que estejam em conformidade com a proposta aceita;

**8.5.** Recusar, com a devida justificativa, qualquer produto entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada;

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo nº 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**8.6.** Atestar a Nota Fiscal após a efetiva entrega do(s) produto(s) objeto da licitação;

**8.7.** Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e Contratuais cabíveis;

**8.8.** Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência;

**8.9.** Solicitar, quando julgar conveniente, informações relativas à execução do fornecimento, necessários ao desempenho de suas obrigações, sem que tal atividade implique em qualquer responsabilidade da Fiscalização sobre a ação da CONTRATADA;

**8.10.** Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento do fornecimento, acompanhamento este que não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à contratante ou a terceiros.

**8.11.** Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Instrumento Contratual;

**8.12.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência, após conferência e o atesto do fiscal;

## 9. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

**9.1.** O acompanhamento e a fiscalização do Instrumento Contratual firmado com a empresa Contratada será realizada por servidor designado em conformidade com o disposto no artigo nº 117 da Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 3293 de 25 de novembro de 2014;

**9.2.** O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pela emissão dos Termos de Recebimento, Recusa e Devolução dos produtos fornecidos.

## 10. DAS GARANTIAS

**10.1.** Fica dispensada a garantia nos termos do art. nº 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

## 11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** As sanções estão explícitas no art nº 162 e nos demais dispositivos da Lei Federal nº 14.133/21 . A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação também são previstas no Edital.

## 12. DAS PENALIDADES

**12.1.** As penalidades que podem ser aplicadas aos contratados estão previstas no art nº 156 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como as demais sanções aplicáveis, garantindo a prévia defesa. Cabendo à Administração a definição do percentual das multas que serão aplicadas para cada caso.

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

**Processo n° 15546/2025**
**Fls. _____**

**Pregão Eletrônico SRP 013/2026**

**13. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL DE LICITAÇÃO.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes .

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Mangaratiba, 09 de junho de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA.**

Renato Delmiro Cabral
Secretário Municipal de Educação
PORTARIA Nº 208/GP DE 3 DE MARÇO DE 2025

**Renato Delmiro Cabral**
**CPF/MF 038. 609.947-27**
**Secretário Municipal de Educação, Esportes e Lazer**

**PELA EMPRESA:**
**ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA**
**CNPJ: 47.146.661/0001-93**

FILIPE EGGER DE MOURA:13202708759
Assinado de forma digital por FILIPE EGGER DE MOURA:13202708759
Dados: 2026.06.09 12:39:11 -03'00'

**Filipe Egger de Moura**
**CPF: 132.027.087-59**

Estado do Rio de Janeiro
**Prefeitura Municipal de Mangaratiba**

**ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRESENTE EXERCÍCIO**, realizada no dia 29 de maio de 2026, às 09 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro, presidida pelo senhor Marcello Costa da Rosa (Secretário Municipal de Tesouro). A audiência foi realizada nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, objetivando a transparência fiscal da Administração Municipal, tendo sido transmitida ao vivo por aplicativo de videoconferência oferecido pela Prefeitura, para interação da população por vídeo/áudio e também por chat, visando ampliar a participação popular, que por algum motivo, não puderam estar presentes. Dando início à 2ª Audiência Pública para cumprir as determinações da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o Sr. Secretário de Tesouro, em nome do Exmo. Sr. Prefeito Luiz Claudio de Souza Ribeiro - Prefeito do Município de Mangaratiba, fez a leitura do "Relatório Resumido do 1º Quadrimestre do exercício de 2026", em cumprimento as determinações da Lei nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Analisando o Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Receita Arrecadada, onde a Receita Orçada prevista para 2026 foi de R$663.521.886,56 e a Receita Arrecadada no período foi de R$333.757.260,66. As Principais Receitas do exercício no período foram: IPTU R$21.746.699,27; ITBI R$4.085.144,43; IRRF R$6.404.093,15; ISS R$19.835.416,17; TX. LIMPEZA PÚBLICA R$4.144.043,86; FPM R$18.135.237,62; IPI R$500.029,18; ROYALTIES R$117.753.636,06; PNAE R$230.685,75; SALÁRIO EDUCAÇÃO R$1.735.726,57; ICMS R$20.536.747,29; IPVA R$5.442.623,60; FUNDEB R$21.484.729,32; DÍVIDA ATIVA R$52.209.012,41; MULTA E JUROS DA DÍVIDA ATIVA R$1.881.100,72; DEMAIS RECEITAS R$37.632.335,26 - que totalizaram R$333.757.260,66. A Despesa Orçamentária prevista para o exercício de 2026 foi de R$663.521.886,56. A trajetória da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2026 demonstrou-se em R$96.944.828,51 no 1º quadrimestre, sendo que no 3º quadrimestre do exercício de 2025 perfez o montante de R$148.915.324,88 e R$158.574.579,40 no 2º quadrimestre do exercício de 2025. As Transferências importaram: CÂMARA MUNICIPAL R$6.973.736,36; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R$43.774.762,63; FUNDAÇÃO MARIO PEIXOTO R$3.700.00,00;

Estado do Rio de Janeiro
**Prefeitura Municipal de Mangaratiba**

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS R$150.000,00. A RECEITA DO FUNDEB foi de R$21.484.729,32 – a DESPESA COM EDUCAÇÃO – percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração do magistério (mínimo de 70%) foi de 83,78%; percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração do Pessoal de Apoio (máximo de 30%) foi de 16,22%. O SALDO DO FUNDEB EM 30/04/2026 foi de R$98.792,75. A Despesa com Pessoal (Executivo) Art. 55, Inciso I, Anexo I - foi de 44,21%. As Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Lei nº 9394/96, Art. 72 – Anexo 8 foi de 12,42%. As Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde foi de 17,35%. Foi informado pelo Sr. Secretário que outras informações sobre receita e despesa do 1º Quadrimestre do exercício de 2026, encontram-se a disposição na Secretaria Municipal de Tesouro e nos Balancetes encaminhados à Câmara Municipal de Mangaratiba. Não havendo mais nada a ser apresentado, o Sr. Secretário abriu o espaço para manifestação popular, seja por parte dos presentes ou pelos participantes da videoconferência. Com isso, o senhor Dr. Rodrigo Phanardzis Ancora da Luz, na qualidade de contribuinte, apresentou manifestação com o propósito de submeter um documento por ele elaborado, contendo questionamentos e observações sobre os relatórios fiscais, para que fosse tratado e debatido na audiência pública seguinte. Ressalte-se que o mencionado documento se encontra apenso a esta ata. Por fim, o Sr. Secretário fez seus agradecimentos ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mangaratiba, pela cessão do Plenário, e deu por encerrada a audiência. Mangaratiba, 29 de maio de 2026.

Marcello Costa da Rosa
Secretário Municipal de Tesouro

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Câmara Municipal de Mangaratiba

Lista de presença da 2ª Audiência Pública da Secretaria Municipal de Tesouro, do ano de 2026, para cumprir as determinações da Lei Complementar Federal n.101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), realizada no dia 29/05/2026, às 09 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Mangaratiba.

1. MARCELO ROSA – SEC. DE TESOURO
2. Jessica Plinio Ferreira de Sá
3. Bruno C. Martins
4. Marcia Cristina Bizerra
5. LEONARDO MARQUES MORAIS DA COSTA
6. Leonardo Burger da Rosa - CGM
7. Bernardo de Oliveira Mello Costa (Gab. Presidente)
8. Cristina Marcia Vieira - Servidora Legislativa
9. 
10. 
11. 
12. 
13. 
14. 
15. 
16. 
17. 
18. 
19. 
20. 

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2026

**Ref.:** Apresentação de questionamentos e contribuições relativas ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

**RODRIGO PHANARDZIS ANCORA DA LUZ**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 130.647 e no CPF/MF sob o nº 005.745.646-16, residente no Município de Mangaratiba/RJ, à Rua Primeiro de Maio, nº 339, Distrito de Muriqui, CEP 23.860-000, e exercendo o direito de participação popular assegurado pelo art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), vem, respeitosamente, apresentar os seguintes questionamentos e contribuições para conhecimento e eventual esclarecimento durante a presente Audiência Pública destinada à demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2026.

Inicialmente, registra-se o reconhecimento da importância da realização da presente audiência pública como instrumento de transparência, controle social e fortalecimento do diálogo entre Poder Público e sociedade civil.

A análise dos relatórios publicados pelo Município revela cenário de relativa melhora dos indicadores fiscais, com desempenho arrecadatório consistente, manutenção da dívida em patamar reduzido e evolução da disponibilidade financeira, elementos que merecem registro positivo.

Ao mesmo tempo, os demonstrativos também suscitam reflexões relevantes sobre o planejamento fiscal de médio e longo prazo, especialmente diante dos desafios relacionados à política de pessoal, à sustentabilidade das despesas permanentes e à manutenção da qualidade dos serviços públicos.

**I – Despesas com pessoal e planejamento de médio prazo**

Considerando que o Relatório de Gestão Fiscal aponta Despesa Total com Pessoal correspondente a aproximadamente 44,21% da Receita Corrente Líquida Ajustada, ainda abaixo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

a) A Administração Municipal possui estudos ou projeções acerca da evolução dessas despesas para os próximos exercícios financeiros?

b) Existe avaliação preliminar sobre os impactos futuros decorrentes de progressões funcionais, revisões remuneratórias, crescimento vegetativo da folha e eventual reestruturação de carreiras?

**II – Educação pública e planejamento fiscal**

Considerando que o RREO informa aplicação de 26,52% da receita resultante de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como aplicação de 83,72% dos recursos do FUNDEB destinados à remuneração dos profissionais da educação básica:

a) A Administração já realizou estudos sobre os impactos fiscais de médio prazo relacionados à política nacional de valorização do magistério?
b) Existem levantamentos internos acerca dos efeitos da rotatividade de profissionais da educação sobre a gestão da rede municipal de ensino?
c) Há avaliação financeira sobre medidas destinadas ao fortalecimento e à maior estabilidade das carreiras vinculadas à educação municipal?
d) A Administração identifica riscos ou desafios futuros relacionados à sustentabilidade dessas políticas educacionais diante da evolução das despesas permanentes do Município?

**III – Arrecadação e disponibilidade financeira**

Os relatórios indicam melhora do desempenho arrecadatório e da disponibilidade de caixa do Município.

a) Quais fatores contribuíram de forma mais significativa para esse resultado: crescimento de receitas, redução de despesas, reorganização financeira ou combinação desses elementos?
b) A Administração identifica tendência de manutenção desses indicadores ao longo do exercício de 2026?
c) A melhora observada na disponibilidade financeira do Município decorre predominantemente de aumento de receitas, contenção de despesas, reorganização financeira ou combinação desses fatores?

**IV – Planejamento orçamentário e participação social**

Considerando a proximidade da discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 e da futura Lei Orçamentária Anual:

a) De que forma os resultados fiscais observados no primeiro quadrimestre estão

sendo incorporados ao planejamento orçamentário dos próximos exercícios?
b) Existe previsão de ampliação de mecanismos de participação social na discussão das prioridades orçamentárias municipais?

Por fim, registra-se que os presentes questionamentos possuem caráter estritamente colaborativo e institucional, buscando contribuir para o aperfeiçoamento do debate público e para o fortalecimento da transparência fiscal e do planejamento das políticas públicas municipais.

Termos em que, apresenta a presente manifestação para juntada aos trabalhos da audiência pública.

Mangaratiba/RJ, 29 de maio de 2026.

**RODRIGO PHANARDZIS ANCORA DA LUZ**
OAB/RJ nº 130.647

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h04min, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Aberta a sessão, a Presidente iniciou os trabalhos e apresentou a pauta da reunião. Inicialmente, foi realizada a leitura da ata da reunião ordinária realizada em 06 de maio de 2026, a qual foi submetida à apreciação do colegiado e aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se à explanação sobre o Pré-Fórum da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Após os debates, os conselheiros deliberaram pela necessidade de construção da minuta da Política Municipal de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (PMEJAI) em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação (SME), para posterior apresentação e discussão em um segundo Pré-Fórum. A conselheira Laís Câmara da Rocha sugeriu que fossem definidos os principais tópicos da política, incluindo a organização da carga horária, horários de entrada e saída dos estudantes e demais aspectos pedagógicos e administrativos pertinentes. Às 16h40min, registrou-se a presença do Promotor de Justiça da 2ª Promotoria da Tutela Coletiva do Núcleo Angra dos Reis, Dr. Leonardo Canônico. Prosseguindo, foi debatida a organização do 1º segmento da EJAI, compreendendo as Fases I e II em regime anual, conforme sugestão apresentada pela conselheira Adriana das Dores Domingos de Castro. Após discussão, o colegiado deliberou pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Educação, solicitando reunião para elaboração conjunta da minuta da PMEJAI, visando sua apresentação em um segundo Pré-Fórum. Foram sugeridas as datas de 09 ou 11 de junho de 2026, às 14h, para a realização do referido encontro. Na sequência, foi apresentado o parecer da Comissão Eleitoral, que emitiu parecer favorável ao pleito apresentado pelo SISPMUM, deliberando-se pelo encaminhamento de ofício ao sindicato para ciência da decisão. Em sua fala, o Promotor de Justiça Leonardo Canônico apresentou-se aos conselheiros e destacou a importância de que as solicitações e demandas do Conselho sejam encaminhadas aos órgãos técnicos competentes para análise e providências. Ressaltou, ainda, que a Promotoria de Justiça se coloca à disposição para apoiar as ações do Conselho Municipal de Educação, solicitando que sejam encaminhados relatórios das visitas realizadas pelo colegiado, especialmente nos casos em que as recomendações e medidas sugeridas pelo Conselho não sejam atendidas pelos órgãos responsáveis. O Promotor observou a importância do fortalecimento do fluxo de informações entre o Conselho e os órgãos públicos, mencionando a necessidade de ampliação e qualificação dos dados

1

disponibilizados, especialmente aqueles relacionados à oferta de vagas e demais informações educacionais relevantes. Ao final, agradeceu a recepção e parabenizou o Conselho pelo trabalho desenvolvido em prol da educação do município. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes às 17h 50min.

**Responsável pela ata:**

**Anne Dumas Barros Braga**
**Secretária Executiva**

| CONSELHEIROS (AS) | ASSINATURA |
|---|---|
| TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA | |
| JULIANA FERRE MARTINS SULIANO | |
| CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS | |
| LICILA DANTAS SALES DA FONSECA | |
| CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS | |
| RACHEL MARTINS BARRAL | |
| LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA | |
| CÉLIA MARIA DE ALMEIDA | |
| ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO | |
| VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO | |
| LAÍS CAMARA DA ROCHA | |

2

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba

## ATA DE VISITA

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis as conselheiras **Carla Meire Rodrigues de Campos e Rachel Martins Barral** iniciaram as visitas nas Unidades Escolares. A primeira escola foi a **E. M. Maria Augusta Lopes**, chegamos as oito horas e trinta e cinco minutos**,** fomos recepcionadas pela coordenadora. O prédio encontra-se parcialmente conservado, com ar condicionado em algumas salas, bebedouro aguardando manutenção, vaso do banheiro das meninas interditado, ar condicionado não funciona, ventiladores funcionando de forma parcial, o extintor de incêndio encontra-se fora da validade, parquinho não tem segurança, pais e comunidade escolar não tem participação frequente, finalizamos a visita as nove horas e cinquenta e cinco minutos. As dez horas e quinze minutos iniciamos a na Unidade de Ensino **Escola Municipal Oliveira Belo**, fomos recebidas pela diretora **Andressa Pereira Costa**, o prédio não está conservado, tem ar condicionado de forma parcial, não possui mobiliário adequado, não possui quadra nem pátio coberto, a carência de professor e coordenador, não tem extintor de incêndio, não tem parquinho, material didático não é suficiente, finalizamos as onze horas e quarenta minutos. Após já as doze horas e dezoito minutos visitamos a **Escola Municipal Diogo Martins**, o prédio está parcialmente conservado, tem ar condicionado de forma parcial, não possui mobiliário adequado, não possui quadra, não tem extintor de incêndio, parquinho não tem segurança, material de limpeza e higiene não são suficientes, pais não são participativos, finalizamos as treze horas e vinte e nove minutos. A ultima escola a ser visitada foi a **CEIM Professora Laura Jacobina Lacombe,** chegamos as doze horas e trinta e um minutos. O prédio não está conservado, ar condicionado e ventiladores de forma parcial não tem extintor, parquinho sem segurança, material didático não atende as necessidades.

Durante a visita as Unidades Escolares, observamos que há necessidade de vistoria da Defesa Civil, Secretaria de Obras e Infraestrutura, o mesmo será indicado. Não tendo mais nada a tratar, dou por encerrada a visita as quatorze horas e quinze minutos.

Carla meire R. de Campos
CARLA MEIRE R. DE CAMPOS

RBarral
RACHEL MARTINS BARRAL

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois e vinte seis, às treze horas, iniciou a Reunião Extraordinária de visitas das Unidades de Ensino Davi de Oliveira Brojo, Jurandir dos Santos Fernandes e Professora Maria Rosa Magalhães, na qual estavam presentes as conselheiras Cristiane dos Santos Pereira de Freitas , Juliana Ferre Suliano e Licila Dantas Sales da Fonseca, conforme Deliberação CME, n°01/2014, para construir relatório que será encaminhado a SME , tendo como embasamento as observações descritas nos Termos de Visitas , arquivadas na sala do Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba. Segue em anexo cópia do relatório de visitas. Não tendo mais nada a tratar, eu Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelas conselheiras Juliana Ferre Suliano e Licila Dantas Sales da Fonseca, dando a reunião por encerrada às quinze horas e quarenta minutos.

Cristiane dos Santos Pereira de Freitas

Juliane Ferre Suliano

Licila Dantas Sales da Fonseca

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação – SME
Conselho Municipal de Educação – CP

## ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISISTA INTEGRAL

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois e vinte e seis, eu Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento e Leandro José dos Santos Silva membros do Conselho Municipal de Educação visitamos o CEIM Professora Sara Camara da Rocha, onde fomos recebidos pela Gestora Antonia Luciana dos Santos Vidal.

Em conversa com a Diretora, a mesma nos relatou que os materiais didáticos e limpeza não supre a necessidade da escola, e por isso dificulta o trabalho dos profissionais.

No decorrer da entrevista a gestora mencionou um princípio de incêndio na fiação elétrica e ao comunicar a Secretaria Municipal de Educação, a mesma tomou as devidas providências.

Nessa Unidade não possui extintor de incêndio.

Foi observado pelos conselheiros que a infraestrutura não é apropriada para o segmento de Educação Infantil, já que o prédio possui três andares.

Não há rampas de acessibilidade e nem banheiros adaptados.

Também foi observado que a Unidade necessita de reparos em relação as infiltrações.

Nada mais a declarar, eu Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento visitante e membro do Conselho Municipal de Educação encerro esta Ata que vai por mim assinada, bem como o Srº Leandro José dos Santos Silva membro deste Conselho.

Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento

Leandro José dos Santos Silva

1

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba

## ATA DE VISITA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, as conselheiras Adriana das Dores Domingos de Castro e Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, representantes do Conselho Municipal de Educação, realizaram uma visita às duas unidades escolares da rede municipal localizadas no terceiro distrito de Mangaratiba, no bairro de Itacuruçá. Em ambas as instituições a saber, Escola Municipal Caetano de Oliveira e Escola Municipal Professora Cecília Ferraz, as conselheiras foram devidamente recepcionadas e direcionadas às salas das respectivas equipes diretivas para a coleta de dados e observações. Inicialmente, quanto à Escola Municipal Caetano de Oliveira, registrou-se que a unidade funciona em um prédio compartilhado com a rede estadual de ensino e apresenta, até a presente data, carência de um professor de Educação Física. Constatou-se também, conforme o item 3 do relatório, que os aparelhos de ar-condicionado já foram adquiridos e encontram-se no local; contudo, a instalação ainda não foi realizada devido à necessidade de adequação da rede elétrica, cujo aumento de carga e melhoria já foram solicitados junto à concessionária de energia. No que se refere à Escola Municipal Professora Cecília Ferraz, apontou-se que a unidade necessita de intervenções em sua infraestrutura, cujas obras de manutenção foram iniciadas após a visita do Secretário de Educação. Destaca-se que a referida escola registrou, nos últimos anos, um crescimento expressivo no número de alunos. Em relação aos aspectos estruturais comuns, constatou-se que ambas as unidades, conforme o item 4.3 (relativo a depósito e armazenamento), não possuem espaço exclusivo para o armazenamento de materiais de limpeza e didáticos. Na Escola Caetano de Oliveira, essa limitação decorre do compartilhamento do prédio com o Estado; na Escola Cecília Ferraz, deve-se ao aumento da demanda de matriculados. Quanto aos aspectos pedagógicos, ambas as equipes diretivas demonstraram alinhamento com as metas educacionais, destacando o desenvolvimento de projetos interdisciplinares focados no avanço do aprendizado dos estudantes. Como principal desafio, as direções de ambas as escolas apontaram a dificuldade em aproximar e engajar as famílias na rotina e no ambiente escolar. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, assinada pelas conselheiras.

Adriana das Dores Domingos de Castro

Tamires Gonçalves de Moraes Guerra

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte seis, a Conselheira Cristiane dos Santos Pereira de Freitas juntamente com as Conselheiras Juliana Ferre Suliano e Licila Dantas Sales da Fonseca, realizaram visita de Vistoria do Conselho Municipal de Educação nas seguintes Unidades de Ensino: CEIM Davi de Oliveira Brojo, Jurandir dos Santos Fernandes e Professora Maria Rosa Magalhães. Em todas estas Unidades fomos recebidas por seus respectivos gestores, seguindo ao Termo de Visita, conforme Deliberação CME, nº 01/2014. No CEIM Davi de Oliveira Brojo, foi nos relatado que relacionado à infraestrutura, o prédio está parcialmente conservado, visto que existem infiltrações, ficando visíveis em dias chuvosos. Já relacionado às informações complementares, a Unidade de Ensino é de que as necessidades da Escola é de que o prédio não possui extintor de incêndio e também não possui saída para evacuação emergencial, além de possuir um parquinho sem segurança. Na Unidade de Ensino, localizada no Vale do Rio Sahy, Jurandir dos Santos Fernandes, na qual nos foi informado que o prédio não está conservado e que os aparelhos de ar condicionado estão instalados, aguardando somente a Concessionária de energia elétrica responsável pelo município de Mangaratiba ( ENEL ) para tomar as devidas providências quanto a capacidade energética da rede. Quanto as dependências na Escola, tanto como para alunos , como para funcionários, não existem banheiros com acessibilidade, a Unidade também não dispõe de depósito de material de limpeza e de material didático, não possui extintor de incêndio e de que os materiais didáticos e de limpeza não atendem suas necessidades. Já na Unidade de Ensino Professora Maria Rosa Magalhães, foi nos relatado que o prédio é conservado parcialmente, não possui banheiro com acessibilidade para alunos e funcionários, não possui depósito de material didático e que em sua estrutura administrativa está com carência de um professor, dois apoios especializados ( PAE) e um auxiliar de Ensino. Quanto à acessibilidade, o prédio não possui rampas e nem recursos didáticos para esse público, apesar de ofertar Atendimento Educacional Especializado ( AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Relacionado às informações complementares, o extintor de incêndio está fora da validade, o parquinho não possui segurança, o material didático entregue, não atende às necessidades da Unidade, além da existência de uma fossa séptica apresentando afundamentos em seu entorno, chegando até a sala da direção com sinal de rachadura. Todos os outros pontos sinalizados no Termo de Visita das Unidades de Ensino tiveram respostas satisfatórias por parte da gestão.

Cristiane dos S. Pereira de Freitas

Cristiane dos Santos Pereira de Freitas

Juliana Ferre Suliano

Licila Dantas Sales da Fonseca

Licila Dantas Sales da Fonseca

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

**Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação**

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h0, teve início Pré-Fórum EJAI ( Educação de Jovens, Adultos e Idosos do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Registre-se também a presença dos convidados: Prof.ª Juliana Prado, Gabriela Alves, Letícia de Medeiros, Aline Lima, Cristiane Morisco, Coordenadora de EJAI/SME Cristiane Pinho e Mestre e Doutora em Educação Professora Mona Lisa Fouyer ( Palestrante). A Secretária Executiva, Anne Dumas Barros Braga, iniciou os trabalhos dando as boas-vindas a todos os participantes e contextualizando o evento, denominado Pré-Fórum da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Informou que iniciativas semelhantes ocorrerão em outros municípios e que, posteriormente, será realizado o Fórum EJAI, possivelmente no município de Mangaratiba. Destacou que o objetivo principal do encontro é discutir os desafios da modalidade, levantar propostas e encaminhar contribuições para a construção da política pública voltada à Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Em seguida, foi composta a mesa de abertura, formada pela Presidente do Conselho Municipal de Educação, Juliana Ferre Martins Suliano; pela Presidente da Câmara de Educação Básica, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra; pelo Presidente da Câmara de Planejamento, Legislação e Normas, Leandro José dos Santos Silva; pela Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos, Coordenadora EJAI/SME Cláudia Pinho; e pela Professora, Mestre e Doutora em Educação, Mona Lisa, palestrante convidada para o evento. Na ocasião, foi justificada a ausência do Secretário Municipal de Educação. Com a palavra, a Presidente do Conselho Municipal de Educação, Juliana Ferre Martins Suliano, apresentou-se aos participantes e destacou que o objetivo do Pré-Fórum é iniciar um processo de escuta e estudo sobre a realidade da EJAI no município. Explicou que as discussões realizadas servirão de base para a elaboração de um documento que será posteriormente debatido em conjunto com outros municípios e profissionais da área, contribuindo para a construção de diretrizes que fortaleçam a modalidade. Ressaltou ainda a importância de ampliar os conhecimentos sobre as questões educacionais relacionadas à EJAI. Ao final de sua fala, passou a palavra à Professora Monalisa. A Professora Monalisa iniciou sua exposição cumprimentando os presentes e relatando que, ao receber o convite, dialogou previamente com a Conselheira Tamires acerca da relevância de abordar as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos. Informou que integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA), vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde são desenvolvidas pesquisas e estudos relacionados à modalidade. Explicou que optou por apresentar parte de sua tese de doutorado, trabalho que articulou os temas da Gestão Democrática e da Educação de Jovens e Adultos. Relatou que sua trajetória profissional teve início no Movimento de Alfabetização de Jovens, Adultos e

Idosos (MOVA) e que essa experiência despertou seu interesse permanente pela modalidade. Informou que sua pesquisa de doutorado foi desenvolvida ao longo de quatro anos e que sua tese completaria um ano de defesa no dia 4 de junho. A palestrante parabenizou o município pela iniciativa do Pré-Fórum e destacou a atuação do Professor Eleonaldo no fortalecimento dos Conselhos Municipais como instrumentos de formulação e acompanhamento de políticas públicas. Ressaltou que o município de Mangaratiba tem sido reconhecido em espaços regionais de discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos, especialmente no âmbito do Fórum Sul Fluminense de EJA, que reúne representantes de municípios como Angra dos Reis, Volta Redonda, Paraty e demais localidades da região. Ao apresentar sua pesquisa, enfatizou a importância de conhecer a realidade local para a construção de políticas públicas efetivas. Explicou que seu estudo analisou a implementação das políticas de Educação de Jovens e Adultos no âmbito federal e municipal, realizando um recorte temporal dos últimos dez anos. Foram examinados o Plano Nacional de Educação e os Planos Municipais de Educação de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, buscando compreender como as metas e estratégias da modalidade estavam sendo incorporadas em cada território. A professora abordou os marcos legais, os princípios da gestão democrática e o papel dos gestores escolares na implementação das políticas educacionais. Destacou que uma das questões centrais de sua pesquisa foi compreender como os diretores escolares interpretam, recebem e ressignificam as políticas públicas destinadas à Educação de Jovens e Adultos, considerando as diferenças existentes entre a política prevista nos documentos oficiais e sua efetiva concretização no cotidiano escolar. Relatou que, durante a pesquisa, identificou inicialmente a ausência de diretores específicos para a modalidade em determinados municípios, verificando posteriormente que algumas redes já possuíam essa função estruturada. Destacou a importância do gestor escolar como elo entre a Secretaria de Educação, os professores e os estudantes, especialmente diante da complexidade das demandas apresentadas pela modalidade. Apresentou os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com gestores escolares da Costa Verde, região definida como lócus da pesquisa, abrangendo os municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Explicou que, em razão da interrupção da oferta da modalidade em Paraty durante o período de investigação, o estudo concentrou-se posteriormente nos municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba. Ao analisar as falas dos gestores, identificou como principais desafios da modalidade a evasão escolar, a juvenilização da EJA, a falta de estrutura adequada, o aligeiramento dos processos educativos e a baixa visibilidade da modalidade nas políticas públicas. Em relação à alfabetização, destacou questões relacionadas ao analfabetismo funcional, à necessidade de metodologias diferenciadas e à promoção de aprendizagens mais significativas para os estudantes. A palestrante observou que muitos gestores demonstraram dificuldades em identificar ações concretas voltadas ao alcance das metas relacionadas à permanência e progressão dos estudantes na modalidade, embora apresentassem maior familiaridade ao discutir práticas de alfabetização. Ao apresentar as conclusões da pesquisa, apontou a existência de distanciamentos entre as diretrizes nacionais e os planos municipais, especialmente no caso de Paraty. Destacou que o Plano Municipal de Educação de Mangaratiba apresentou melhor alinhamento com as metas nacionais, seguido pelo município de Angra dos Reis. Ressaltou, entretanto, a necessidade de aperfeiçoamentos relacionados à escolaridade média da população e aos índices de analfabetismo funcional. Também destacou que os diretores entrevistados relataram sentimentos de isolamento institucional, ausência de formação específica, escassez de recursos, baixa valorização social da modalidade e insuficiência de políticas públicas que considerem as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Ao encerrar sua apresentação, agradeceu o convite

e reforçou a importância de ouvir os estudantes e profissionais da modalidade. Compartilhou experiências marcantes de sua trajetória docente, emocionando-se ao recordar uma aluna idosa que aprendeu a escrever o próprio nome e, ao fazê-lo, afirmou sentir-se valorizada e reconhecida socialmente. Destacou que experiências como essa transformaram sua visão sobre a educação e consolidaram sua paixão pela modalidade. Aberto o espaço para debates, a Secretária Executiva Anne Dumas Barros Braga reiterou a justificativa da ausência do Secretário Municipal de Educação. A Conselheira Tamires Gonçalves de Moraes Guerra abordou os desafios relacionados à convivência entre estudantes jovens, adultos e idosos na mesma modalidade, destacando as diferentes necessidades e expectativas presentes nas turmas. Anne Dumas ressaltou que historicamente a formação inicial dos professores oferecia poucas oportunidades de estágio na Educação de Jovens e Adultos, embora atualmente algumas instituições de ensino superior já contemplem essa experiência em seus currículos. Durante o debate, diversos participantes destacaram a importância de políticas públicas voltadas à valorização da modalidade, mencionando iniciativas como o Pacto pela EJA e plataformas criadas para ampliar sua visibilidade. Foi consenso entre os presentes que existe demanda significativa pela modalidade, tornando necessária a formulação de estratégias que incentivem o retorno e a permanência dos estudantes na escola. A Professora Monalisa citou a frase de Paulo Freire: "Às vezes, o peso de um lápis é maior do que o de uma enxada", destacando o significado da alfabetização para a transformação da vida das pessoas. A Conselheira Licila Dantas Salles da Fonseca compartilhou sua experiência pessoal como estudante da EJA, relatando as dificuldades enfrentadas ao longo de sua trajetória escolar e a importância do apoio recebido para sua permanência nos estudos. Os participantes destacaram que um dos maiores desafios da modalidade é garantir a permanência dos estudantes, considerando aspectos como o conflito geracional, as demandas familiares, o trabalho e a necessidade de acolhimento por parte das instituições de ensino. A Conselheira Laís Câmara da Rocha ressaltou que o Conselho Municipal de Educação busca justamente promover esse espaço de escuta e reflexão, contribuindo para a construção de propostas fundamentadas na realidade local. Manifestou ainda seu entendimento de que a EJA não deve restringir-se exclusivamente à alfabetização, mas contemplar uma perspectiva mais ampla de formação e desenvolvimento humano. A Professora Gabriela Alves destacou a necessidade de ampliar as ações voltadas à modalidade e defendeu a revisão da carga horária da EJA, considerando as especificidades dos estudantes. Ressaltou que muitos alunos frequentam a escola após extensas jornadas de trabalho e enfrentam dificuldades para conciliar estudo, família e emprego. Defendeu que a modalidade seja reconhecida e valorizada em sua especificidade, deixando de ser vista como espaço destinado a estudantes com dificuldades escolares. Também abordou as alterações normativas relacionadas à carga horária da modalidade, mencionando os impactos dessas mudanças sobre a permanência dos estudantes e a organização pedagógica das unidades escolares. Ao final das discussões, a Professora Monalisa reforçou a importância da articulação entre os Conselhos e os diversos segmentos da educação, destacando que a construção de políticas públicas exige diálogo, participação e cooperação institucional. A Conselheira Laís Câmara da Rocha esclareceu que os debates realizados no Pré-Fórum constituem uma etapa preparatória e que será necessária a realização de um novo encontro para apresentação e discussão da minuta da política pública, incorporando as contribuições levantadas durante os debates. Somente após a consolidação desse documento será realizado o Fórum com a participação dos demais municípios. Durante os debates, a Professora Gabriela Alves afirmou que representantes do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação não possuíam experiência suficiente para discutir a modalidade. Em resposta, a Conselheira Laís Câmara

da Rocha esclareceu que diversos profissionais vinculados aos referidos órgãos possuem trajetória e experiência na Educação de Jovens e Adultos, inclusive integrantes da própria Secretaria Municipal de Educação. Considerando o adiantado da hora e a necessidade de deslocamento de alguns participantes para suas residências, a Secretária Executiva sugeriu o encerramento das discussões, sendo acordado que o Conselho Municipal de Educação dará continuidade aos trabalhos em conjunto com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, elaborando uma minuta da política municipal para posterior apreciação em novo Pré-Fórum a ser oportunamente agendado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes às 17h 27min.

**Responsável pela ata:**

**Anne Dumas Barros Braga**
**Secretária Executiva**

| CONSELHEIROS (AS) | ASSINATURA |
|---|---|
| TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA | |
| JULIANA FERRE MARTINS SULIANO | |
| CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS | |
| LICILA DANTAS SALES DA FONSECA | |
| CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS | |
| RACHEL MARTINS BARRAL | |
| LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA | |
| CÉLIA MARIA DE ALMEIDA | |
| ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO | |
| VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO | |
| LAÍS CAMARA DA ROCHA | |

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba

## ATA DE VISITA

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis às oito horas e trinta minutos as conselheiras **Carla Meire Rodrigues de Campos e Rachel Martins Barral** iniciaram às visitas nas Unidades Escolares. A primeira foi a **CEIM Norma Pinheiro Cardoso**, fomos recepcionadas pela diretora Rafaela Araújo da Costa e durante a visita verificamos que: possui ventiladores a nível parcial, o parquinho não possui segurança, os professores não têm 1/3 de planejamento, os professores e funcionários não tem conhecimento do CME, o extintor de incêndio está fora da validade, falta material didático, a visita foi finalizada às nove horas e trinta minutos. Já na **CEIM Professora Marcia Laurentino Ferreira Moreira**, chegamos à Unidade às nove e quarenta e cinco, fomos recebidas pela gestora **Alessandra da Silva**, o prédio está conservado parcialmente, o extintor fora da validade, não tem saída de emergência, material didático não atende às necessidades, material de higiene não supre a demanda, o espaço físico interno e externo é restrito, encerramos às dez horas e trinta minutos. Finalizamos na **Escola Municipal Coronel Moreira da Silva**, chegamos à Unidade de Ensino às dez horas e trinta e sete minutos, fomos recebidas pela Coordenadora, o prédio encontra-se parcialmente conservado, não possui mobiliários adequados, os ventiladores atendem parcialmente as salas de aula, o extintor de incêndio encontra-se fora da validade, o prédio não possui saída de emergência, o material didático e de higiene não atendem a necessidade da escola, há necessidade de professores. Durante a visita as Unidades Escolares, observamos que há necessidade de vistoria da Defesa Civil, Secretaria de Obras e Infraestrutura, o mesmo será indicado. Não tendo mais nada a tratar, dou por encerrada a visita as doze e vinte.

CARLA MEIRE R. DE CAMPOS

RACHEL MARTINS BARRAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

**ATA da Reunião Extraordinária da Câmara de Educação Básica**

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 13h34min, deu-se início à reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica – CEB. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: **Adriana das Dores Domingos de Castro, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos, Rachel Martins Barral e Cristiane dos Santos Pereira de Freitas.** A presidente declarou aberta a sessão, apresentando a seguinte pauta: **leitura da ata do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis**, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade. Em seguida, foi realizada a **leitura do Ofício nº 009/26/E.M.P.C.B.,** recebido por esta Câmara, por meio do qual são solicitadas informações acerca do índice de reprovação nas turmas de primeiro ano. Após a leitura, as conselheiras entraram em discussão e deliberaram pelo reencaminhamento de ofício à unidade escolar, solicitando informações complementares acerca das medidas aplicadas pela equipe gestora, bem como cópias dos respectivos registros e procedimentos adotados. Prosseguindo, deu-se continuidade à análise da **Resolução nº 02/25/CEB/CNE**, compreendendo os artigos 12 ao 22, conforme segue: Art. 12: O dispositivo reforça o princípio da educação inclusiva e do direito à aprendizagem, deslocando o foco exclusivamente avaliativo para uma perspectiva de acompanhamento permanente. A escola passa a assumir papel ativo na identificação das dificuldades educacionais, devendo construir intervenções pedagógicas adequadas à realidade dos estudantes. Art. 13: A formalização documental prevista neste artigo fortalece a transparência administrativa e pedagógica, além de assegurar respaldo técnico às decisões escolares. Os registros funcionam como instrumentos de acompanhamento institucional e possibilitam o monitoramento da trajetória escolar dos estudantes. Art. 14: O texto evidencia a importância da gestão democrática e do trabalho coletivo no ambiente escolar. A aprendizagem deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor regente e passa a envolver toda a estrutura educacional, incluindo coordenação pedagógica, orientação educacional e direção escolar. Art. 15: O dispositivo reafirma os princípios da equidade e da educação humanizada. Ao reconhecer as diferenças e particularidades dos estudantes, a resolução busca evitar práticas padronizadas que desconsiderem contextos individuais, promovendo uma atuação pedagógica mais inclusiva e eficiente. Art. 16: O artigo possui relevante caráter preventivo, especialmente no enfrentamento da evasão, infrequência e defasagem escolar. A norma incentiva o fortalecimento do vínculo entre escola, estudante e família, compreendendo que a permanência escolar depende de ações articuladas e contínuas. Art. 17: O dispositivo amplia a compreensão do papel social da escola, reconhecendo que determinadas dificuldades extrapolam o campo pedagógico. A integração com órgãos de proteção e assistência social fortalece o atendimento intersetorial e contribui para a garantia dos

direitos da criança e do adolescente. Art. 18: O artigo evidencia que os encaminhamentos externos devem ocorrer somente após esgotadas as possibilidades de intervenção pedagógica e administrativa pela escola. Tal previsão impede práticas precipitadas e assegura maior responsabilidade institucional no acompanhamento do estudante. Art. 19: O dispositivo fortalece os princípios da publicidade, responsabilidade administrativa e segurança jurídica. A documentação adequada das ações realizadas constitui elemento fundamental para comprovação das providências adotadas pela equipe gestora. Art. 20: A norma demonstra que os encaminhamentos realizados não encerram a responsabilidade da escola. O acompanhamento posterior é essencial para verificar a efetividade das ações e garantir que o estudante permaneça assistido pedagogicamente. Art. 21: O artigo reforça a função normativa e orientadora dos órgãos educacionais, promovendo maior uniformidade na aplicação das diretrizes da resolução. Tal atuação contribui para reduzir práticas divergentes entre as unidades escolares. Art. 22: Trata-se de cláusula de vigência e aplicabilidade normativa. O dispositivo consolida a obrigatoriedade do cumprimento das determinações previstas na resolução, atribuindo eficácia administrativa imediata às diretrizes estabelecidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião às 15h3min, lavrando-se a presente ata para os devidos fins.

Responsável pela ata:

**Anne Dumas Barros Braga**
**Secretária Executiva**

| | |
|---|---|
| Adriana das Dores Domingos de Castro | |
| Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento | |
| Carla Meire Rodrigues de Campos | |
| Tamires Gonçalves de Moraes Guerra | |
| Cristiane dos Santos Pereira de Freitas | |
| Rachel Martins Barral | |

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação

# ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISITA INTEGRAL

Aos 14 dias do mês de maio de 2026, às 10h50, foi realizada visita técnica na unidade de ensino Escola Municipal Adalberto Pereira Pinto, localizada na Rodovia Rio Santos, km 458,5, zona rural do município de Mangaratiba/RJ, inscrita no INEP nº 33096018, em conformidade com a Deliberação CME nº 01/2014.

A visita teve como objetivo verificar as condições estruturais, administrativas, pedagógicas e de funcionamento da unidade escolar. A equipe foi recepcionada pela Direção Escolar, representada pelo Diretor Geral André Luiz Nascimento de Carvalho.

Durante a visita, constatou-se que os portões da unidade encontravam-se fechados e que os conselheiros foram devidamente recepcionados e encaminhados à direção escolar. Verificou-se que o prédio encontra-se conservado, possuindo mobiliário adequado e internet própria. Observou-se ainda que a unidade necessita de reforma e/ou ampliação, bem como possui parcialmente ar-condicionado e ventiladores nas salas de aula.

Quanto às dependências administrativas e pedagógicas, a unidade dispõe de diretoria, secretaria, sala de coordenação, sala de professores, banheiro de funcionários e banheiro com acessibilidade. Em relação ao corpo discente, a escola possui salas de aula, sala de leitura, sala de recursos multifuncionais, banheiro de alunos e banheiro acesso 2 profissionais de apoio escolar especializado. A estrutura administrativa é composta ainda por 3 inspetores, 1 coordenador pedagógico, 1 orientador educacional, 1 auxiliar de ensino e 1 auxiliar administrativo.

Foi informado que a unidade atende turmas da Educação Infantil e do 1º Segmento do Ensino Fundamental, totalizando atendimento regular aos alunos matriculados. O transporte escolar é realizado por ônibus, cumprindo os horários estabelecidos e apresentando itinerário satisfatório.

1

No aspecto da acessibilidade, observou-se que a unidade possui banheiro adaptado, recursos didáticos e Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), atendendo alunos nos dois turnos. Contudo, verificou-se ausência de rampas e de recursos multimídia.

A escola realiza higiene diária e esterilização dos ambientes, além de promover reuniões de pais, formação em serviço e encontros internos entre direção e coordenação. Foi constatado também que todos os professores realizam o 1/3 de planejamento.

Quanto às informações complementares, verificou-se ausência de extintor de incêndio em conformidade, ausência de saída de evacuação emergencial, desinsetização fora da validade e inexistência de parquinho com segurança adequada. Em contrapartida, constatou-se que as caixas d'água foram higienizadas no semestre e que os materiais didáticos, de limpeza e higiene atendem às necessidades da unidade escolar.

No tocante à merenda escolar, observou-se que os alimentos estão chegando dentro do prazo previsto, em bom estado, em quantidade suficiente e com boa aceitação pelos alunos. A unidade conta com nutricionista responsável pelo cardápio, oferecendo desjejum, almoço e lanche da tarde aos estudantes. Não possui cantina escolar e não comercializa produtos que contribuam para a obesidade infantil.

A unidade escolar apresentou ainda documentação pedagógica regular, possuindo Proposta Curricular, Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico (PPP) e PEI.

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a presente visita técnica, sendo lavrada a presente ata para os devidos fins.

Mangaratiba/RJ, 14 de maio de 2026.

Laís Camara da Rocha

Celia Maria de Almeida

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

## ATA DA COMISSÃO DE ELEIÇÃO

Aos catorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão Eleitoral, constituída nos termos do regulamento vigente. Estiveram presentes as conselheiras **Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos e Juliana Ferre Martins Suliano.** Aberta a sessão, a presidente procedeu à leitura do Ofício Recebido nº 28/26/SEPE, por meio do qual são requeridas informações acerca do andamento do pleito eleitoral, bem como esclarecimentos referentes ao recurso interposto pelo SISPMUM, para ciência e apreciação desta Comissão. Na sequência, realizou-se a leitura do Ofício Recebido nº 10/26/SISPMUM, que requer a observância do princípio da unicidade sindical e a habilitação exclusiva de entidade sindical detentora de carta sindical ativa. Assunto: prorrogação da suspensão do processo eleitoral e exigência de comprovação de Carta Sindical. Diante do exposto, a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Edital nº 01/2026 – CME, que dispõe sobre a eleição complementar para o preenchimento de 01 (uma) cadeira de representante de entidades sindicais que representam e defendem os direitos e interesses dos profissionais da educação no Conselho Municipal de Educação; CONSIDERANDO o Edital de Suspensão do Processo Eleitoral nº 02/2026, publicado em 17 de abril de 2026, que suspendeu o processo eleitoral pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, com a finalidade de possibilitar a análise de recurso interposto no âmbito do referido certame; CONSIDERANDO que, no curso desse período, foi recebido o Ofício SISPMUM nº 10/2026, datado de 13 de maio de 2026, por meio do qual o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mangaratiba – SISPMUM requereu a observância do princípio da unicidade sindical, previsto no art. 8º, inciso II, da Constituição Federal, bem como a habilitação exclusiva de entidade sindical detentora de Carta Sindical ativa e válida na base territorial do Município; CONSIDERANDO que o referido ofício noticia que o SISPMUM é a única entidade representativa da categoria dos servidores públicos municipais de Mangaratiba com Carta Sindical ativa e regular, tendo juntado documentação atualizada para comprovar tal condição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece a unicidade sindical e reconhece o registro sindical/carta sindical como elemento definidor da representatividade legítima da categoria profissional na respectiva base territorial; CONSIDERANDO o item I.II.1 do Edital nº 01/2026/CME, que exige que o candidato seja "sindicalizado a um dos sindicatos representativos da categoria no Município de Mangaratiba", expressão que demanda interpretação em consonância com a Constituição Federal, de modo a resguardar a legalidade, a legitimidade e a segurança jurídica do processo eleitoral; RESOLVE: Art. 1º Inabilitar o SEPE, em razão do princípio constitucional da unicidade sindical acima referido, considerando tratar-se de núcleo regional, conforme previsão constante em seu próprio estatuto. Art. 2º Fica concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação, por meio de ofício acompanhado da respectiva ata de reunião, da indicação dos nomes que irão compor a cadeira de conselheiro representante do SISPMUM, sendo 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente. Art. 3º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se suspensos todos os prazos e atos relacionados ao processo eleitoral até ulterior deliberação desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 17h45min, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

**Responsável pela ata:**

**Anne Dumas Barros Braga**

| CONSELHEIROS (AS) | ASSINATURA |
|---|---|
| TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA | |
| JULIANA FERRE SULIANO | |
| CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS | |
| LAIS CAMARA DA ROCHA | |

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação

# ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISITA INTEGRAL

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na Unidade de Ensino supramencionada as conselheiras do CME, Sras. Laís Rocha e Célia Almeida, para a realização de visita técnica institucional.

Foram recepcionadas pela Diretora Geral da instituição, Sra. Ketellyn Aparecida Maciel da Silva (E-mail: ketellynmaciel@gmail.com). Registrou-se a ausência de Diretor Adjunto no momento. A unidade opera sob a forma de ocupação predial Municipalizada, com horário de funcionamento das 08h00 às 16h00, sob o código INEP nº 33149100, classificada com o porte "D".

As conselheiras constataram que os portões da Unidade de Ensino mantinham-se devidamente fechados e que a recepção e o direcionamento à Direção Escolar ocorreram de forma imediata. Quanto à infraestrutura, o prédio encontra-se conservado e dispõe de mobiliários adequados e rede de internet própria. Foi verificado que não há necessidade imediata de reforma e/ou ampliação. Contudo, identificou-se que o sistema de climatização (Ar-condicionado e Ventiladores nas salas de aula) atende apenas parcialmente a demanda.

Estrutura Funcional: A unidade possui Diretoria, Secretaria, Sala de Coordenação, Sala de Orientação Educacional, Sala de Professores, Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), além de banheiros dedicados aos funcionários, incluindo instalações com acessibilidade.

Estrutura Discente: Estão em funcionamento 08 salas de aula, 01 sala de leitura, 04 banheiros para alunos e 01 banheiro adaptado com acessibilidade para o corpo discente.

Outras Dependências: A escola possui cozinha, lavanderia, refeitório, despensa de alimentos, depósito de material de limpeza e depósito de material didático (equipado com armário). Há área externa e parquinho infantil com condições de segurança adequadas. Registrou-se a ausência de lactário e pátio coberto.

A instituição atende ao segmento de Educação Infantil (Creche), operando em regime de tempo Integral com um total de 8 turmas ativas, totalizando 154 alunos matriculados. O quadro de turmas detalha-se da seguinte forma:

Turma B: 11 alunos, 02 professores, 02 auxiliares.

Turma Inf I A: 19 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 02 auxiliares.

Turma Int 1 B: 18 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 02 auxiliares.

Turma Int 2 A: 18 alunos, 02 professores, 02 auxiliares.

Turma Int 2 B: 17 alunos, 02 professores, 01 auxiliar.

Turma Int 2 C: 17 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 01 auxiliar.

Turma Int 3 A: 23 alunos, 02 professores, 02 auxiliares (com observação de falta registrada).

Turma Int 3 B: 24 alunos, 01 professor (em regime de dobra - D), 02 auxiliares.

Carência de Recursos Humanos: Foi mapeada uma carência de pessoal que impacta o cotidiano escolar, a saber: 01 Professor, 01 Orientador Educacional, 01 Servente, 01 Profissional de Apoio Escolar Especializado, 02 Professores Volantes e 04 Auxiliares de Ensino. O transporte escolar não se aplica à realidade da unidade.

A escola dispõe de banheiro com acessibilidade e recursos didáticos voltados à Educação Especial, com 01 aluno laudado em Atendimento Educacional Especializado (AEE) na SRM no 1º turno. Os protocolos de higiene diária e esterilização são devidamente cumpridos.

A participação comunitária se mostra ativa: a unidade possui Conselho Escolar participativo (tendo ocorrido 03 reuniões no ano letivo corrente), realiza reuniões de pais (01 ocorrida no ano), promove a integração de pais participativos e frequentes, além de realizar formações em serviço (01 formação já executada no período). Quanto à rotina de planejamento dos professores (1/3 de planejamento), esta ocorre de forma parcial, justificando-se pela carência de professores do tipo "P II" adjuntos/extra no turno da tarde. A escola recebe visitas frequentes da SME, Fundeb e CAE, e tanto os profissionais quanto a comunidade possuem conhecimento sobre o CME e seus membros.

Inconformidades de Infraestrutura: A escola não possui extintor de incêndio, não conta com saída para evacuação emergencial e as caixas d'água não foram limpas no início do semestre. Verificou-se que a desinsetização está dentro do prazo de validade. Os materiais didáticos entregues não atendem totalmente à necessidade. O fornecimento de materiais de higiene cumpre os requisitos essenciais, enquanto o fornecimento de materiais de limpeza atende apenas parcialmente.

Alimentação Escolar: A merenda é avaliada positivamente. Chega nas datas previstas, em bom estado, em quantidade suficiente e possui boa aceitação pelos discentes. São ofertados diariamente o desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar. A unidade cumpre as legislações vigentes, não possuindo cantina e não comercializando produtos que contribuam para a obesidade infantil.

Documentação: A proposta curricular, o regimento interno e o projeto pedagógico encontram-se em conformidade, restando ausente apenas o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Em depoimento aos conselheiros, a Direção informou que as metas do Projeto Político Pedagógico estão sendo rigorosamente cumpridas dentro das propostas e prazos estabelecidos. Os projetos educacionais são construídos a partir do interesse e escuta ativa de cada turma, destacando-se o formato do "Projeto Investigativo da Turma". Como principal entrave e

dificuldade na gestão da Unidade de Ensino, pontuou-se a acentuada carência de profissionais, ressaltando que, quando novos profissionais chegam à escola, estes acabam não permanecendo.

Nas observações do Gestor Escolar, foi formalizado o apelo por mais manutenções preventivas e corretivas na Unidade Escolar. Relatou-se que a instituição não recebeu a visita da equipe de Infraestrutura (Infra), resultando no acúmulo de várias demandas urgentes que não foram atendidas, embora os ofícios de solicitação venham sendo enviados sistematicamente pela equipe gestora desde o mês de janeiro do corrente ano.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a visita às 12h30, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelas Conselheiras do CME e pela Diretora Geral da instituição.

Célia Maria de Almeida

Laís Camara da Rocha

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação – SME
Conselho Municipal de Educação – CP

## ATA DE VISITA TÉCNICA / TERMO DE VISISTA INTEGRAL

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, foi realizada à visita do Conselho Municipal de Educação nas Unidades de Ensino CEIM Santa Justina e Escola Municipal Victor de Souza Breves. A visita contou com a presença dos Conselheiros Leandro José dos Santos Silva e Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento.

No CEIM Santa Justina Foi observado que há necessidade de manutenção do prédio devido as infiltrações. Nessa Unidade não há rampa de acessibilidade e banheiros adaptados para pessoas com deficiência. Não há local apropriado para estoque de alimentos e nem materiais de limpeza e didáticos. A Unidade não possui extintor de incêndio e não possui saída de emergência, caso necessite. Segundo a Diretora o material didático não é suficiente para o trabalho pedagógico.

Apesar das dificuldades sinalizadas, de acordo com a diretora a Srª Na Beatriz de Oliveira Rodrigues a equipe permanece comprometida com uma educação acolhedora, inclusiva e de qualidade.

Na Escola Municipal Victor de Souza Breves observamos que o prédio está em bom estado de conservação e adequado para todos os setores. Porém não possui extintor de incêndio.

De acordo com s Diretora a Srª Gisele de Paula Bento Lima e Souza, a participação dos responsáveis é ineficiente. A Unidade precisa de alguns reparos conforme a exigência do CAE.

Devido a falta de material didático, há algumas dificuldades em relação ao trabalho pedagógico.

Nada a mais havendo registrar, foi encerrada a presente visita técnica, sendo lavrada a presente Ata para todos os fins.

Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento

Leandro José dos Santos Silva

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

# ATA

Aos seis dias do mês de maio de 2026, às 16h04min, reuniu-se, em caráter ordinário, o Conselho Municipal de Educação, sob a presidência da conselheira titular, iniciando-se os trabalhos com a verificação da presença dos membros. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Laís Câmara da Rocha, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Juliana Ferre Martins Suliano, Adriana das Dores Domingos de Castro, Célia Maria de Almeida e Leandro José dos Santos Silva.** A ordem do dia foi composta pelos seguintes itens: **leitura e aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 29/04/2026**, a qual foi aprovada por unanimidade; **leitura do Ofício Recebido nº 291/26/2ªPJTCOARE**, para ciência do colegiado; **leitura do Ofício Recebido nº 500/26/GAB/SME.** A presidente realizou a leitura do referido ofício para ciência do colegiado. Em seguida, a secretária executiva solicitou a palavra e informou que, ao receber a documentação, buscou orientação junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo informada de que a orientação não se aplica aos conselhos. Na sequência, houve a **fala da conselheira Tamires Gonçalves de Moraes Guerra**, que expôs ao colegiado a preocupação da Comissão EJAI em realizar um evento do porte sugerido pelo palestrante, tendo em vista que a proposta não condizia com o que havia sido previamente planejado. Diante da situação, a conselheira criou um grupo para dialogar e adequar o evento à realidade do município. Entretanto, relatou que o palestrante não apresentou boa receptividade às sugestões, chegando a adotar postura desrespeitosa. Após debate, o colegiado deliberou pela realização de um pré-fórum com os atores da EJAI de Mangaratiba. Quanto ao **termo de visita**, os conselheiros tomaram ciência do documento e deliberaram por revisá-lo após as visitas do primeiro semestre, a fim de não atrasar as atividades. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião às 17h35min.

.

**Responsável pela ata:**

**Anne Dumas Barros Braga**
**Secretária Executiva**

1

| CONSELHEIROS (AS) | ASSINATURA |
|---|---|
| CELIA MARIA DE ALMEIDA | |
| ADRAIANA DAS DORES DOMINGOS DE CASTRO | |
| TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA | |
| LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA | |
| JULIANA FERRE MARTINS SULIANO | |
| CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS | |
| LICILA DANTAS SALES DA FONSECA | |
| CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS | |
| RACHEL MARTINS BARRAL | |
| VERA LÚCIA B. AYRES DO NASCIMENTO | |
| LAIS CAMARA DA ROCHA | |

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL EJAI – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

No dia quatro de maio de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, deu-se início à reunião da Comissão de Estruturação do Seminário Intermunicipal de EJAI – Educação de Jovens e Adultos Integrada, contando com a presença dos(as) seguintes conselheiros(as): **Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Leandro José dos Santos, Rachel Martins Barral e Juliana Ferre Martins Suliano.** Pauta: **Apresentação do formato do evento, sugerido pelo palestrante, Mestre em Educação e Doutor em Ciências Sociais, Elionaldo Julião Fernandes.** A Conselheira Tamires apresentou as seguintes sugestões: (1) mesa de abertura com a participação de entidades municipais e de representante do Fórum de EJA, com mediação do CME; (2) segunda mesa para debate acerca dos desafios da EJA, com a participação de Sandra Cardoso, representando o Fórum de EJA, bem como de representante da Secretaria de Educação e de representante das unidades escolares (diretor(a) ou coordenador(a) pedagógico(a)), sob mediação do CME; (3) realização de debate com os participantes. A conselheira sugeriu, ainda, que sua participação ocorra na mesa de abertura, representando o Fórum, ocasião em que fará a apresentação da entidade e de seus objetivos aos presentes. Diante do exposto, e considerando as dificuldades apontadas pelos membros da Comissão ao longo do processo de organização, bem como o anúncio do SEPE acerca do estado de greve, a Comissão deliberou por sugerir o adiamento do evento ou, alternativamente, sua realização em formato de sessão remota. Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos.

**Responsável pela ata:**

**Anne Dumas Barros Braga**
**Secretária Executiva**

1

| CONSELHEIROS (AS) | ASSINATURA |
|---|---|
| TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA | |
| LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS | |
| JULIANA FERRE SULIANO | |
| RACHEL MARTINS BARRAL | |
| LAIS CAMARA DA ROCHA | |

2

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura de Municipal de Mangaratiba
**Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca**

**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**
**Nº 011/2026- AGRICULTURA E PESCA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4380/2026**

**Enquadramento legal**: *O procedimento a ser observado é o de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei Nº 14.133/21 e, no que tange aos valores estabelecidos no Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.*

**Favorecido:** CFAM CONSULTORIA TECNICA- CNPJ: 35.334.492/0001-36

**Objeto: Contratação de consultoria técnica especializada para regulamentação, implantação e estruturação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM do Município de Mangaratiba/RJ, instituído pela Lei Municipal nº 1.629, de 05 de dezembro de 2025, bem como para preparação técnica do município para futura adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, incluindo assessoria normativa, capacitação técnica da equipe municipal, diagnóstico institucional e acompanhamento técnico do processo de adequação aos critérios de equivalência nacional.**

**Valor total : R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais.)**
**Prazo de execução: 12 (doze) meses**

**Dotação Orçamentária:**
**02.10.01.20.608.0014.2039.3.3.90.39.00**

**Justificativa:**
As dispensas de licitações estão arroladas no art. 75, da Lei Federal Nº 14.133/21. São situações em que o legislador entendeu que deve ficar ao prudente arbítrio do Administrador Público, a conveniência ou não da realização da licitação. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> *Art. 75. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;*

Rua Domingos Jannuzzi, n° 60 casa 1 – Centro de Mangaratiba - RJ - CEP: 23.860-000.
Email: agriculturaepesca@mangaratiba.rj.gov.br
Tel: (21) 2789-6000 Ramal: 7137

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura de Municipal de Mangaratiba
**Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca**

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei Nº 14.133/21, e valores estabelecidos no *Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025*.

Tendo em vista os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

**Mangaratiba, 10 de junho de 2026.**

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO GICQUEL DA SILVA
Data: 10/06/2026 12:01:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ricardo Gicquel
**Secretário de Agricultura e Pesca**
Código: 81992

Rua Domingos Jannuzzi, n° 60 casa 1 – Centro de Mangaratiba - RJ - CEP: 23.860-000.
Email: agriculturaepesca@mangaratiba.rj.gov.br
Tel: (21) 2789-6000 Ramal: 7137

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura de Municipal de Mangaratiba
**Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca**

## TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4380/2026**

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no **art. 75, inciso II** da Lei Federal 14133/2021 e , que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO.**
Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026 - SMAP**, conforme abaixo descrito:

**Favorecido:** CFAM CONSULTORIA TECNICA- CNPJ: 35.334.492/0001-36

**Objeto: Contratação de consultoria técnica especializada para regulamentação, implantação e estruturação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM do Município de Mangaratiba/RJ, instituído pela Lei Municipal nº 1.629, de 05 de dezembro de 2025, bem como para preparação técnica do município para futura adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, incluindo assessoria normativa, capacitação técnica da equipe municipal, diagnóstico institucional e acompanhamento técnico do processo de adequação aos critérios de equivalência nacional.**

**Valor total : R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais.)**
**Prazo de execução: 12 (doze) meses**
**Dotação Orçamentária:**
**02.10.01.20.608.0014.2039.3.3.90.39.00**

**PUBLIQUE-SE.**

**Mangaratiba, 10 de junho de 2026.**

gov.br
Documento assinado digitalmente
RICARDO GICQUEL DA SILVA
Data: 10/06/2026 12:01:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ricardo Gicquel
**Secretário de Agricultura e Pesca**
Código: 81992

Rua Domingos Jannuzzi, n° 60 casa 1 – Centro de Mangaratiba - RJ - CEP: 23.860-000.
Email: agriculturaepesca@mangaratiba.rj.gov.br
Tel: (21) 2789-6000 Ramal: 7137

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Serviços Públicos

**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/2026-SMSP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7626/2026**

**Enquadramento legal**: *O procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, V, da Lei nº. 14133/2021.*

**Favorecido:** ANA CLARA GODINHO DE CARVALHO, CPF: 206.079.487-01

**ASSUNTO: Locação de imóvel localizada na Rua Prefeito Armando Peixoto, S/N, Q: GL- 4 L 43, Acampamento- Mangaratiba-RJ, para instalação da sede da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.**

**Valor global: R$ 117.000,00 (cento e dezessete mil).**

**Prazo de execução: 12 (doze) meses**

**Dotação Orçamentária:**
**02.22.01.04.122.0006.2007.3.3.90.36.00**

**Justificativa:**

As inexigibilidades de licitações estão arroladas no art. 74, da Lei Federal 8.666/93. São situações em que o legislador entendeu que deve ficar ao prudente arbítrio do Administrador Público, a conveniência ou não da realização da licitação. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> *"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
>
> *(...)V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha (...)*

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, V, da Lei nº. 14133/2021.

Tendo em vista os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

Mangaratiba, 10 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
SERGIO GALDINO DA SILVA JUNIOR
Data: 10/06/2026 12:06:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**Secretário Municipal de Serviços Públicos**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Serviços Públicos

**TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7626/2026**

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no **art. 74, inciso V** da Lei Federal 14133/2021, que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/2026- SMSP**, conforme abaixo descrito:

**Favorecido:** ANA CLARA GODINHO DE CARVALHO, CPF: 206.079.487-01

**ASSUNTO: Locação de imóvel localizada na Rua Prefeito Armando Peixoto, S/N, Q: GL- 4 L 43, Acampamento- Mangaratiba-RJ, para instalação da sede da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.**

**Valor global: R$ 117.000,00 (cento e dezessete mil).**

**Prazo de execução: 12 (doze) meses**

**Dotação Orçamentária:**
**02.22.01.04.122.0006.2007.3.3.90.36.00**

**PUBLIQUE-SE.**

Mangaratiba, 10 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
SERGIO GALDINO DA SILVA JUNIOR
Data: 10/06/2026 12:11:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**Secretário Municipal de Serviços Públicos**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 060/2026 SMTE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8729/2026**

**Enquadramento legal**: *O procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, caput, da Lei n. 14.133/2021.*

**Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada no Centro de Mangaratiba – Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00horas, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: ROMÁRIO VICTOR DE OLIVEIRA ALFREDO - CPF: 161.299.527-67**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 18:00 horas até as 22:00horas - Centro de Mangaratiba – Mangaratiba/RJ.**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**Justificativa:**

As inexigibilidades de licitações estão arroladas no Art. 74, da Lei Federal Nº 14.133/21. São situações em que o legislador entendeu que é inviável a competição. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> ***"Art. 74.*** *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> ***II- Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que***
> ***consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública..."***

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 74, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Tendo em vista os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

**Mangaratiba, 10 de junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8729/2026**

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no **art. 74, caput** da Lei Federal 14133/2021 e , que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 060/2026 - SMTE**, conforme abaixo descrito:

**Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada no Centro de Mangaratiba – Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00horas, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: ROMÁRIO VICTOR DE OLIVEIRA ALFREDO - CPF: 161.299.527-67**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 18:00 horas até as 22:00horas - Centro de Mangaratiba – Mangaratiba/RJ.**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**PUBLIQUE-SE.**

**Mangaratiba, 10 de Junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 061/2026 SMTE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8730/2026**

**Enquadramento legal**: *O procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, caput, da Lei n. 14.133/2021.*

**Objeto: Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada na Praça Padre Luiz Quatropanni – Itacuruça - Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00h, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: LEANDRO FARIA DE FRAGA - CPF: 105.190.157-03**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 18:00 horas até as 22:00h - PRAÇA PADRE LUIZ QUATROPANNI – ITACURUÇA – MANGARATIBA - RJ.**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**Justificativa:**

As inexigibilidades de licitações estão arroladas no Art. 74, da Lei Federal Nº 14.133/21. São situações em que o legislador entendeu que é inviável a competição. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> ***"Art. 74.*** *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> ***II- Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que***
> ***consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública..."***

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 74, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Tendo em vista os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

**Mangaratiba, 10 de Junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8730/2026**

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no **art. 74, caput** da Lei Federal 14133/2021 e , que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 061/2026 - SMTE**, conforme abaixo descrito:

**Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada na Praça Padre Luiz Quatropanni – Itacuruça - Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00h, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: LEANDRO FARIA DE FRAGA - CPF: 105.190.157-03**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 18:00 horas até as 22:00h - PRAÇA PADRE LUIZ QUATROPANNI – ITACURUÇA – MANGARATIBA - RJ.**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**PUBLIQUE-SE.**

**Mangaratiba, 10 de junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 062/2026 SMTE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8731/2026**

**Enquadramento legal**: *O procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, caput, da Lei n. 14.133/2021.*

**Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada na Praça João Bondim – Muriqui - Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00horas, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CPF: 033.476.097-60**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 19:00 horas até as 22:00horas - Praça João Bondim – Muriqui - Mangaratiba/RJ.**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**Justificativa:**

As inexigibilidades de licitações estão arroladas no Art. 74, da Lei Federal Nº 14.133/21. São situações em que o legislador entendeu que é inviável a competição. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> ***"Art. 74.*** *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> ***II- Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que***
> ***consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública..."***

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 74, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Tendo em vista os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

**Mangaratiba, 10 de Junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8731/2026**

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no **art. 74, caput** da Lei Federal 14133/2021 e , que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 062/2026 - SMTE**, conforme abaixo descrito:

**Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada na Praça João Bondim – Muriqui - Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00horas, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA - CPF: 033.476.097-60**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 19:00 horas até as 22:00horas - Praça João Bondim – Muriqui - Mangaratiba/RJ.**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**PUBLIQUE-SE.**

**Mangaratiba, 10 de junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 063/2026 SMTE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8732/2026**

**Enquadramento legal**: *O procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, caput, da Lei n. 14.133/2021.*

**Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada na Rua Euclides Galdino da Silva, Conceição de Jacareí – Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00h, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: OSÉAS DE LIMA PEDRO - CPF: 036.095.257-70**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 19:00 horas até as 22:00h - Rua Euclides Galdino da Silva, Conceição de Jacareí – Mangaratiba/RJ**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**Justificativa:**

As inexigibilidades de licitações estão arroladas no Art. 74, da Lei Federal Nº 14.133/21. São situações em que o legislador entendeu que é inviável a competição. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> ***"Art. 74.*** *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> ***II- Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que***
> ***consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública..."***

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 74, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Tendo em vista os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

**Mangaratiba, 10 de Junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

Estado do Rio de Janeiro
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

**TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8732/2026**

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no **art. 74, caput** da Lei Federal 14133/2021 e , que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 063/2026 - SMTE**, conforme abaixo descrito:

**Objeto: Contratação de artista para realização do DIA DOS NAMORADOS, realizada na Rua Euclides Galdino da Silva, Conceição de Jacareí – Mangaratiba/RJ, no dia 12 de junho de 2026, de 18:00 horas até as 22:00h, previsto no Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.**

**FAVORECIDO: OSÉAS DE LIMA PEDRO - CPF: 036.095.257-70**

**Perfazendo um valor total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

**Prazo de execução: 12/06/2026– HORÁRIO: 19:00 horas até as 22:00h - Rua Euclides Galdino da Silva, Conceição de Jacareí – Mangaratiba/RJ**

**Dotação Orçamentária:**

**02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00**

**PUBLIQUE-SE.**

**Mangaratiba, 10 de junho de 2026.**

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

**VITOR TENÓRIO SANTOS**
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS**
**Portaria nº: 2058/2025**

**Termo de Homologação de Processo Licitatório**

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

**Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 013/2026 – Processo N° 15546/2025**

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de Mangaratiba, Sr.(a) Renato Delmiro Cabral, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)), após exame e deliberação do processo administrativo **N° 15546/2025,** em observância ao Instrumento Convocatório **(Edital) 013/2026**, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

**RESULTADO DA LICITAÇÃO:**

***Número do Lote: 1***

| | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Travesseiro baby anti ácaro, capa resistente a líquidos viscoelástico medida: 25cm x 0,36 cm altura 4cm, composição: forro 100% algodão. |
| Quantidade: | 1.282 Unidade(s) |
| Marca: | MINAREY |
| Valor Unitário: | R$ 43,00 |
| Valor Total: | R$ 55.126,00 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 36976221 |
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 55.126,00 |

***Número do Lote: 2***

| | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Travesseiros AntiRefluxo Angulação Diagonal elevada para evitar refluxo, revestimento 100% algodão, enchimento 100% poliéster, Medindo 0,60 x 0,83 x 0,15, anatômico e ortopédico. |
| Quantidade: | 1.092 Unidade(s) |
| Marca: | FIBRASCA |
| Valor Unitário: | R$ 187,99 |
| Valor Total: | R$ 205.285,08 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 4360653 |

| | |
|---|---|
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 205.285,08 |

| ***Número do Lote: 3*** | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Lençol solteiro branco s/ elástico tamanho 1,40x2,25 cm, material 100% algodão na cor branco. |
| Quantidade: | 2.374 Unidade(s) |
| Marca: | PROPRIA |
| Valor Unitário: | R$ 40,30 |
| Valor Total: | R$ 95.672,20 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 2495 |
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 95.672,20 |

| ***Número do Lote: 4*** | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Edredon Medindo 1,60 x 2,20m , composição 100% algodão, dupla face SIM, enchimento 100% poliéster. |
| Quantidade: | 1.282 Unidade(s) |
| Marca: | PROPRIA |
| Valor Unitário: | R$ 166,30 |
| Valor Total: | R$ 213.196,60 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 034320 |
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 213.196,60 |

| ***Número do Lote: 5*** | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Toalha de banho c/ capuz felpudo, tamanho: 90cm x 70cm, composição: 100% algodão |
| Quantidade: | 2.374 Unidade(s) |
| Marca: | PROPRIA |

| | |
|---|---|
| Valor Unitário: | R$ 24,74 |
| Valor Total: | R$ 58.732,76 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 764109916 |
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 58.732,76 |

| ***Número do Lote: 6*** | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Lençol c/ elástico para berço tamanho padrão na cor branco material 100% algodão na cor branco. |
| Quantidade: | 1.092 Unidade(s) |
| Marca: | PROPRIA |
| Valor Unitário: | R$ 18,19 |
| Valor Total: | R$ 19.863,48 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 8760147 |
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 19.863,48 |

| ***Número do Lote: 7*** | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Cobertor de Plush Medindo 0,90 x 1,10, parte superior 100% micro fibra de poliéster 295g e parte inferior sherpa com toque de maciez. |
| Quantidade: | 1.092 Unidade(s) |
| Marca: | PROPRIA |
| Valor Unitário: | R$ 145,99 |
| Valor Total: | R$ 159.421,08 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 750133 |
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 159.421,08 |

| ***Número do Lote: 8*** | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |

| | |
|---|---|
| Objeto da Licitação: | Fronha para travesseiro tamanho 50 x 70 cm, composição: 100% algodão antialérgico na cor branco. |
| Quantidade: | 2.374 Unidade(s) |
| Marca: | PROPRIA |
| Valor Unitário: | R$ 12,09 |
| Valor Total: | R$ 28.701,66 |
| **Participante Vencedor:** | **ENG LAGOS EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA** |
| Apelido: | Participante 0336075 |
| Documento do Licitante: | 47.146.661/0001-93 |
| Cidade UF: | Araruama - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 28.701,66 |

***Número do Lote: 9***

| | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Tapete antiderrapante para banheiro Estrado para banheiro, retangular, material plástico, antiderrapante, rígido, medindo Largura 55 cm, profundidade 42cm espessura 2 cm |
| Quantidade: | 72 Unidade(s) |
| Marca: | Estrado |
| Valor Unitário: | R$ 78,15 |
| Valor Total: | R$ 5.626,80 |
| **Participante Vencedor:** | **55.827.055 ERLEY GIVISIEZ NERI** |
| Apelido: | Participante 2921 |
| Documento do Licitante: | 55.827.055/0001-61 |
| Cidade UF: | Barra Mansa - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 5.626,80 |

***Número do Lote: 10***

| | |
|---|---|
| Finalidade da Licitação: | Registro de Preços de Bens |
| **Item 1** | |
| Objeto da Licitação: | Banheira Infantil – Medindo 19 x 45 x 75cm com válvula de saída de água material Polipropileno, proteção lateral suporta até 15kg com Certificado do INMETRO. |
| Quantidade: | 22 Unidade(s) |
| Marca: | similar |
| Valor Unitário: | R$ 37,30 |
| Valor Total: | R$ 820,60 |
| **Participante Vencedor:** | **55.827.055 ERLEY GIVISIEZ NERI** |
| Apelido: | Participante 3008 |
| Documento do Licitante: | 55.827.055/0001-61 |
| Cidade UF: | Barra Mansa - RJ |
| **Valor total Contratado:** | R$ 820,60 |

Mangaratiba - RJ, 9 de Junho de 2026 as 8 horas e 35 minutos

Assinatura _____

Autoridade Competente: Renato Delmiro Cabral,

Promotor: Prefeitura Municipal de Mangaratiba,

Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Renato Delmiro Cabral
Secretário Municipal de Educação
PORTARIA Nº 2[illegible] DE MARÇO DE 2025

PREFEITURA MANGARATIBA

**Estado do Rio de Janeiro**
**Prefeitura Municipal de Mangaratiba**
*Secretaria Municipal do Tesouro*
***Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba***

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**

**EDITAL Nº. 001/2026**

O Presidente do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba/RJ, no uso de suas atribuições, **NOTIFICA** o **Recorrente MI ROSA MORENO POUSADA**, qualificado na peça recursal, para comparecer à **Sessão de Julgamento do Recurso Voluntário, nos autos do Proc. Adm. Tributário nº 3876/2025 (11243/19, 2634/19, 7549/16, 12457/12, 8063/16, 4107/14 E 10722/23)**, que será realizada no dia **29/06/2026, segunda-feira, as 16 horas e 30 minutos**, na sede da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, sala do Setor Fiscal – Subsecretaria Municipal de Fazenda.

Informamos que havendo interesse do recorrente no acompanhamento do julgamento, e na realização de sustentação oral de seus fundamentos de defesa, por seus procuradores, deverá solicitar com antecedência mínima de um dia útil na Secretaria do Conselho, podendo ser utilizado, para esse fim, o seguinte endereço eletrônico institucional ccmm@mangaratiba.rj.gov.br, em conformidade com o §1 do Art. 100B do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba.

Mangaratiba, 10 de junho de 2026.

**Guilherme de Souza Marques**
**Presidente do Conselho de Contribuintes**

## EXPEDIENTE

**Órgão Responsável:**
Subsecretaria de Comunicação

**Jornalistas Responsáveis:**
Nívea Marques

**Edição e Revisão:**
Jean Carlos Maia

**Diagramação:**
Jean Carlos Maia

**Fotografia:**
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

**Impressão:**
Subsecretaria de Comunicação

**Versão Digital**
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal